



ano 5 • ed. 29 • jan/fev 2009 • R\$ 9,00
 ISSN 1808-9003



Regulação: o ex-diretor-geral da Aneel, Jerson Kelman, fala sobre as dificuldades, sucessos e inimizades como regulador

Comercialização: na Europa, energia elétrica é comprada pela internet

Biomassa: caldeira de alta pressão não é prioridade para todas as usinas de cana-de-açúcar

Especial: transformadores, isoladores e para-raios

E mais: artigo técnico, notícias do mercado e reportagens setoriais

edição

29

HIDROGERAÇÃO GARANTIDA

Geradoras aplicam a repotenciação
 para preservar a energia assegurada
 e modernizar antigas usinas

Com a palavra, o regulador

por Milton Leal, de Brasília (DF)

O ex-presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, já bateu palmas para ele. O atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, também. Aliás, ambos o requisitaram para compor autarquias do País. Em 2000, FHC o indicou como o primeiro diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA). Em 2005, foi a vez de Lula escolher o engenheiro civil carioca para ficar à frente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Somando, foram oito anos à frente de agências reguladoras. Incalculável, entretanto, foram os atritos e opiniões divergentes que ele externou e enfrentou no entremeio desse período.

Em sua passagem pela ANA, conta uma fonte do setor, os servidores fizeram até mesmo uma espécie de festa para comemorar a saída do homem que não admitia atrasos e que chegou, inclusive, a buscar pelo colarinho um servidor que não obedeceu a uma ordem de comparecer a uma certa reunião. Se ele fez inimigos durante sua atuação? Ele mesmo confessa: “É inescapável passar pela posição de regulador sem fazer inimigos”.

Na Aneel, ao todo, Jerson Kelman trabalhou 1.422 dias tentando encontrar respostas para as questões de alta tensão no setor elétrico. Uma servidora da agência garante que ele nunca cumpriu seu horário normal de trabalho. “Ele chega cedo e sai todo santo dia às nove horas da noite”, garante. O expediente da Aneel encerra-se às 18h.

Quando questionado por que não continuou na Aneel, o regulador alegou cansaço da vida de administrador público, mas não deixou de mencionar que não recebeu nenhum convite ou aceno por parte do Governo Federal para permanecer no cargo. A razão para tal, assegura uma fonte do Ministério de Minas e Energia (MME), é que ele foi muito sincero em momentos nos quais deveria ser mais político. Em outras palavras, o que o governista quis dizer é que o regulador não pode sair falando na imprensa que o País possui um grande risco de racionamento de energia elétrica, como aconteceu em janeiro de 2008 e também no ano de 2006.

Este foi apenas um dos episódios que arrepiaram os cabelos dos ex-ministros de Minas e Energia, como Silas Rondeau, Nelson Hubner, da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff (que também já esteve à frente do MME) e do atual ministro



Jerson Kelman
Ex-diretor-geral da Aneel

Edison Lobão. Aliás, Nelson Hubner será seu substituto na Aneel. No dia 18 de dezembro de 2008, data em que esta entrevista exclusiva foi concedida, Hubner passava pela sabatina da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.

Presente na sessão estava o atual regulador da Aneel. Entre elogios, saudações e reverências, o então diretor da agência teve seu nome entoado nos microfones por 14 vezes. Ao sair, Kelman cumprimentou Hubner com um abraço e marcou ali mesmo um bate-papo para colocar em dia os assuntos mais importantes da agência. Sem mais, virou as costas e retornou às suas atividades na autarquia, entre elas, esta entrevista de duas horas concedida em sua ampla sala com ar-condicionado desligado e janelas abertas em um dia de insolação centro-oeste.

Por que o senhor vai sair da Aneel?

Eu poderia continuar na Aneel legalmente, mas como qualquer casamento, os dois lados têm que querer. Do lado do governo, não recebi nenhum aceno. Do meu lado, mesmo que eu tivesse recebido um aceno do governo, eu não iria continuar na administração pública.

Será que não foi por isso que o governo não deu nenhum aceno?

Pode ser. Talvez se eu ficasse dando cambalhota, ficasse pedindo, eu fosse continuar. Mas me deixe organizar o raciocínio. Primeiro, eu tenho uma questão de princípio, de que não deve haver renovação de mandato em agência. No projeto de lei (PL 3337/04) que está na Câmara dos Deputados, há o artigo que diz que deve ser um mandato só. Pelo que me recordo, fui o único dirigente de agência que, não só apoiei (o projeto), como já o defendia antes. Inclusive, fui eu quem inspirou esse projeto. Só espero que ninguém tenha ódio de mim um dia (risos). Mas acredito que é difícil um dirigente de agência exercer o mandato com absoluta independência se estiver preocupado com a renovação do mandato. No campo pessoal, já estou há muito tempo na administração pública e avancei demais na idade. Se eu quiser ter outros tipos de experiência, o momento é esse, não vai ser quando tiver 78 anos.

Quais foram as grandes mudanças na Aneel de 2005 a 2008?

A Aneel se profissionalizou muito nesse intervalo. O número de servidores da agência cresceu muitíssimo. A Aneel ficou tecnicamente mais sólida, apesar de ter um contingente de profissionais muito jovem. Todos são profissionais de alta qualificação. A agência está mais competente. Na verdade, ela já era competente, mas ficou mais competente profissionalmente. A dinâmica de funcionamento da agência está muito boa no sentido de que as áreas técnicas têm um papel muito importante, mas não final, não definitivo. A interação entre diretoria e área técnica aperfeiçoou-se. A área técnica entende que a diretoria tem a palavra final. A transparência das nossas

decisões melhorou. Quando eu entrei, havia muito pouco tempo de experiência de reunião pública de diretoria. Foram nesses quatro anos que essa experiência se consolidou e tornou-se vitoriosa. No âmbito da agência para o mundo externo, o setor elétrico hoje é considerado bom em termos de investimentos, com regras estáveis, onde os contratos são respeitados. Além disso, a justiça pode até não concordar com as decisões da Aneel, mas não desconfia que as decisões tenham motivações outras que não sejam buscar o que é melhor para o interesse público.

Durante esses quatro anos o senhor acha que cometeu algum erro?

Alguns. (Pausa). Eu penso que... (Pausa). Talvez um erro tenha sido a condução do assunto Enersul. Nós superestimamos o que seria a capacidade de entendimento e de espírito público de alguns políticos locais. Acharmos que uma explicação racional e um processo de absoluta transparência seriam suficientes para formar uma coalizão no sentido de reduzir a tarifa da Enersul sem que isso suscitasse turbulências políticas. O erro foi ter subestimado a capacidade de perturbação que podem ter alguns políticos que estão apenas interessados em fazer projetos de demagogia e que não se incomodam em perturbar o processo que estava transparente e limpo. Esses estão sempre achando que há um culpado, que há má intenção. Em uma linha parecida, de erro de avaliação, foi a experiência dos medidores eletrônicos no Rio de Janeiro. Aos primeiros sinais de incompreensão popular, deveríamos ter condicionado essa experiência, que é vitoriosa, a uma amplíssima campanha de esclarecimento popular. Era preciso conquistar os corações e as mentes dos consumidores domésticos para a causa do antifurto. Nós falhamos em não mostrar que essa ação da concessionária e da Aneel visava proteger os consumidores domésticos. Ficaram todos achando que a ação visava proteger os interesses da concessionária. Estes dois casos são erros de avaliação política e de comunicação. Lamento também não ter conseguido tratar da estrutura tarifária. A nossa estrutura tarifária é antiga e inadequada. O que eu chamo de estrutura tarifária é a metodologia

para fazer o rateio de custo. E não tivemos pernas para fazer isso. A Aneel, com os poucos servidores e o rolo compressor de revisões tarifárias e reajustes tarifários, não teve fôlego para tratar de uma questão mais conceitual.

O senhor acha que a metodologia de revisão tarifária precisa ser aperfeiçoada?

A metodologia de revisão tarifária é muito complexa, assim como são muitos aspectos do setor elétrico brasileiro. Inúmeras vezes eu levantei a bandeira aqui na Aneel e procurei que os técnicos seguissem um conceito de que nem sempre a melhor opção é uma solução exata e muito complexa de um problema. Às vezes, é preferível dar uma solução aproximada, mas de fácil compreensão. Sempre procurei alertar os técnicos de que uma solução não basta ser exata, é preciso que as pessoas entendam o que está sendo feito. E eu diria que parcialmente fui bem-sucedido nessa questão. Pelo menos agora ela é compreensível. Quando eu entrei aqui, existia uma planilha em que existiam os números e as fórmulas não apareciam. A revisão tarifária era uma caixa preta que só podia ser manipulada pela Aneel e pela empresa que prestava consultoria à agência. Hoje, é diferente. Todas as equações dessas planilhas, que podem até ser complexas, estão explícitas. Elas são absolutamente reproduzíveis e compreensíveis. O fato é que a assimetria de informações é muito grande. Por exemplo, na reunião de ontem (16/12/2008), nós estávamos discutindo uma questão regulatória que é o Prodist. Estávamos tratando se vamos apurar índices de continuidade DEC e FEC com DIC e FIC. A discussão era como é que vamos abandonar o DEC e FEC e inflar a indenização via DIC e FIC? O que se percebeu é que foi um tema pouco discutido, mas esse assunto não merece atenção somente do regulador, as empresas também deveriam participar. O fato de que não foi suficientemente discutido não é uma falha somente nossa. Existe uma assimetria muito grande. As concessionárias sempre trazem assuntos de interesse delas e nunca trazem assuntos de interesse dos consumidores.

Quais foram os grandes acertos da sua gestão?

Um deles é a questão das obrigações especiais das distribuidoras. Não há certo e não há errado nesse ponto. Essa polêmica

surgiu relacionada aos ativos que não são adquiridos pela própria concessionária. Por serem serviço, obviamente, eles não têm remuneração, mas sofrem depreciação. A questão era: deveriam ou não receber cota de depreciação? Esta é, essencialmente, uma discussão filosófica de conflito de gerações. A atual geração já fez o investimento de alguma maneira, como contribuinte, para que aquele ativo ficasse a serviço e teria que, já nesta geração, ir pagando a substituição desse ativo daqui a 20 anos. O mais razoável seria dizer que não há cota de depreciação e que no futuro a concessionária terá que investir e terá a remuneração pela substituição. E isso significa uma queda de arrecadação razoável. Este é um dos vários dilemas do regulador. O que eu teria gostado nesse assunto é que ele fosse implementado daqui para a frente, para novos ativos. Assim, os ativos velhos permaneceriam recebendo cotas de depreciação – porque essa é a regra – só que o que se viu na ocasião é que não poderia. O dilema do regulador nesse caso é o seguinte: ou você nunca implementaria uma nova regra, porque se pagava cota de depreciação dos ativos pelas obrigações especiais; ou muda-se a regra e esta se torna retroativa àqueles ativos. Não existia meio-termo. O que seria desejável, não tinha o endosso jurídico da procuradoria. Portanto, o regulador fica com essas dúvidas. E entre essas duas dúvidas, tem-se que ter paciência, pois a escolha vai causar um pouco de ranger de dentes e com razão, pois se mudou a regra do jogo para o jogo correr melhor. O outro assunto que acho um acerto envolve um pouco de jurisprudência. É preciso entender que uma decisão tomada no passado pela diretoria da Aneel não amarra em definitivo as decisões para a frente. Seria mais danoso retroagir decisões. Para uma mesma pergunta, às vezes cabe mais que uma resposta regulatória.

O senhor foi convidado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso para dirigir a ANA, depois foi convidado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ficar à frente da Aneel. Como o senhor avalia a independência das agências reguladoras no Brasil?

Na minha estadia na ANA, a questão da independência decisória era uma questão muito menos relevante, porque a ANA é uma agência que regula o uso do bem público, ou seja, os cursos

“TIVEMOS MUITOS EPISÓDIOS EM QUE PARLAMENTARES VIERAM AQUI DIZER COMO DEVERÍAMOS TOMAR A NOSSA DECISÃO. NÃO TIVEMOS NENHUM EPISÓDIO EM QUE O GOVERNO FEDERAL TENHA VINDO ATÉ AQUI NOS DIZER COMO DECIDIR ATRIBUIÇÕES QUE ERAM DA ANEEL.”

JERSON KELMAN, EX-DIRETOR-GERAL DA ANEEL

d'água, os rios e os aquíferos. Não há ainda um setor prestador de serviços, que dependa de decisões com repercussões econômicas por parte da ANA. A Aneel é uma agência que regula um setor pujante e fortíssimo da economia brasileira e, portanto, o empreendedor do setor elétrico precisa ter a confiança na agência em dois predicados básicos: primeiro que ela tenha competência técnica para tratar dos temas e segundo que a direção tenha independência decisória. Independência decisória é em lato sensu. A direção de uma agência reguladora tem que ter independência decisória em relação ao governo, aos agentes, aos consumidores e em relação ao próprio corpo técnico da agência. A Aneel tem sido independente em relação a essas quatro forças. Poderíamos até colocar um quinto interesse, que é o do poder legislativo. Nos temas que são de responsabilidade da Aneel, nós fomos extremamente zelosos em manter uma distância muito grande desses vários interesses. Tivemos muitos episódios em que parlamentares vieram aqui dizer como deveríamos tomar a nossa decisão. Não tivemos nenhum episódio em que o governo federal tenha vindo até aqui nos dizer como decidir atribuições que eram da Aneel. Tivemos vários episódios em que na zona de fronteira entre a agência reguladora e o governo na condição de formulador de políticas, tivemos divergências de percepção. O mais famoso foi o do ano passado, e também em 2006, em que se avaliava o risco de faltar energia elétrica e a Aneel sempre manteve uma posição de absoluta independência, dizendo realmente qual era o risco, sem se preocupar se o governo iria ou não gostar. A questão da segurança do abastecimento é de responsabilidade da Aneel, mas é também do governo. A manutenção da nossa independência teve que ser mantida, digamos, por atos de altivez. Portanto, não houve tentativa do executivo em se intrometer nos assuntos da Aneel, mas houve, sim, tentativa de vários parlamentares. Mas eles nunca obtiveram sucesso.

O senhor poderia citar algum desses episódios em que parlamentares tentaram praticar algum tipo de ingerência?

Na Aneel, tratamos de temas muito relevantes. E aí vai uma curiosidade: temas muito pouco proeminentes no setor elétrico foram aqueles que despertaram o maior volume de lobbies e atuações parlamentares. E eu dou dois exemplos. Um foi

na regularização de cooperativas. A Aneel vê o prestador de serviços públicos sem privilégios e as cooperativas se viam no direito de receber uma série de isenções e de vantagens, já que historicamente elas haviam preenchido uma lacuna da atuação do poder público. A evolução do setor elétrico de um lado e do movimento de cooperativas do outro se deu por meio de 300 mil embates. E nós tivemos mais trabalhos com as cooperativas que fornecem menos de 1% da energia elétrica no Brasil, pela visibilidade que elas ganharam no Congresso Nacional, do que com as 64 distribuidoras, por conta desses mecanismos de transição. O outro exemplo é o das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's). Se formos ver, a produção de energia elétrica das PCH's ainda é muito pequena e esse foi um dos segmentos de atribuição da Aneel que recebeu mais atenção por parte dos parlamentares. Muitos destes, preocupados em fazer com que a regulamentação servisse ao País, e alguns preocupados com que essa regulamentação servisse a interesses muito restritos.

Onde foi mais difícil ser diretor-geral: na ANA ou na Aneel?
Na Aneel.

O senhor é um técnico. Todos aqueles que ocuparam o cargo de diretor-geral da Aneel até hoje eram técnicos. O novo diretor-geral da Aneel, Nelson Hubner, é um técnico. Mas ele já foi ex-ministro, portanto já foi governo. Como fica a independência do regulador nesse caso?

O Hubner entende perfeitamente que ele está vindo para cá, e isso é bom para o setor elétrico, por conta do currículo dele de técnico do setor. Aliados políticos do presidente Lula há inúmeros, mas ele (Lula) o escolheu, para além de aliado político, porque ele tem o perfil apropriado para a diretoria-geral da Aneel.

Como o senhor vislumbra esses próximos quatro anos de mandato do Nelson Hubner na Aneel?

O segundo ciclo de revisão tarifária resultou, em média, em um rebaixamento de tarifas, por várias razões, como o dólar baixo, as obrigações especiais que saíram da base, o aperto que fizemos na empresa de referência, o controle da CCC, enfim, vários elementos fizeram com que as tarifas baixassem. Apesar disso,

“LEILÕES ESPECÍFICOS SÃO APENAS RESERVAS DE MERCADO PARA DETERMINADAS TECNOLOGIAS. AO MEU VER, ESSES LEILÕES NÃO SERVEM AOS INTERESSES DO CONSUMIDOR. O IDEAL SERIA MANTER OS LEILÕES NÃO DISCRIMINANDO FONTES ENERGÉTICAS.”

JERSON KELMAN, EX-DIRETOR-GERAL DA ANEEL

a efervescência de insatisfação com o custo da energia elétrica no Brasil tem crescido tanto com relação aos consumidores comuns e na área industrial também. Na área industrial, é até mais fácil entender por conta do realinhamento tarifário. O subsídio que existia na compra de energia por parte dos consumidores residenciais para a indústria acabou. Então, a tarifa da indústria cresceu mais rápido. Além disso, agora surge com mais vigor o resultado da desigualização tarifária, que começou lá em 1993. O resultado disso só se sente 15 anos depois. Hoje, por exemplo, você tem no Brasil tarifas residenciais em que o lugar mais caro é o dobro da mais barata. E a população tende a imaginar que nos lugares mais pobres a tarifa deve ser mais barata e nos lugares mais ricos a tarifa deve ser mais cara, e é ao contrário. Como nos lugares mais ricos, como São Paulo, a densidade de carga é maior, com menos equipamentos você atende a mais kWh, portanto o preço é mais barato na região metropolitana de São Paulo do que no interior do Mato Grosso do Sul ou do Pará, já que não é preciso construir quilômetros e quilômetros de linha para atender o consumidor. Então essa percepção genérica de que o cálculo do preço da tarifa de energia elétrica deveria ter um componente de equidade com relação à capacidade de pagamento e do outro lado e o fato de que o preço da energia elétrica é um rateio de custos, isso cria um ambiente muito difícil para a atuação da agência reguladora. Esse é um desafio que eu enfrentei e que ele (Hubner) vai enfrentar e isso vai ficando cada vez pior.

O quadro de funcionários da Aneel cresceu desde que o senhor assumiu, mas muitas dessas pessoas não são técnicas do setor e entraram na agência por meio de concurso. Qual a sua opinião sobre isso?

A Aneel tem um corpo técnico capaz e uma direção que exerce sua independência decisória. Sofremos muito com a falta de autonomia administrativa. Nós estamos sujeitos às regras gerais da administração pública e quase todas são feitas para impedir que funcione. Como há muito gasto ineficaz na administração pública, os mecanismos controladores de perdas complexificaram os procedimentos, isso porque, eventualmente, a turma só fica tomando cafezinho e não viaja, não gasta etc e isso é uma tragédia para as instituições que precisam efetivamente viajar para fazer fiscalização, aquelas que realmente têm que prestar um serviço para a população.

Os ambientalistas estão travando uma guerra com o setor elétrico, como o senhor vê a atuação das ONGs e do próprio Ministério Público nesse tema?

Um dado positivo nesse debate todo é a dimensão da questão no Ministério do Meio Ambiente (MMA). O próprio ministro Carlos Minc, o presidente do Ibama e o diretor de licenciamento do Ibama já mostraram que não vão examinar o assunto “licenciamento de hidrelétricas” de uma maneira isolada. Eles já perceberam que se as usinas hidrelétricas não forem construídas, outras usinas serão construídas, e essas outras podem ser piores, não apenas sobre a ótica econômica quanto em relação à ótica ambiental. Portanto, quando se fala em ONGs, em movimento ambientalista, é preciso qualificar. Isso porque, o ministro do Meio Ambiente é um ambientalista e o presidente do Ibama é um ambientalista. Parte do movimento ambientalista está aderente a esta tese de que não se pode dizer não a tudo. Aliás, é como dizia a ex-ministra Marina: “não se pode apenas dizer ‘não pode’. É preciso dizer ‘como pode’”. É claro que persistem alguns enclaves fundamentalistas em ONGs e em alguns poucos membros do Ministério Público, que tem proposto repetidas ações no sentido de paralisar a construção de hidrelétricas. Essas ações são do tipo: se tem eclusa, não pode ter eclusa; se não tem eclusa, tem que ter eclusa. São ações com pretext-

to de parar as obras e há a convicção desses atores de que as hidrelétricas não são boas para o País. Pela natureza do Ministério Público, se existir um procurador que não gosta de hidrelétrica, ele propõe uma ação contra a hidrelétrica. Em um conjunto grande de procuradores, se 1% deles for do grupo dos que não gostam de hidrelétricas, já é suficiente para paralisar na justiça projetos importantes. E o resultado disso nós já conhecemos: cerca de 70% das usinas contratadas nos últimos leilões foram térmicas e a maioria a óleo. Portanto, um resultado concreto dessas ações não é bom para o País – tanto em termos econômicos quanto em termos ambientais.

O Ministério do Meio Ambiente está dizendo como podem ser construídas essas usinas?

Está. O Ministério do Meio Ambiente começou a fazer a segunda pergunta que tem de ser feita. Qualquer decisão sobre uma hidrelétrica ou qualquer outro empreendimento, seja de licenciamento ambiental, seja na justiça, precisa responder a duas perguntas. A primeira pergunta é “o que acontece se o empreendimento for feito?”. Em geral, o que acontece é algum tipo de perturbação de natureza local, como reassentamento de algumas pessoas, algum tipo de prejuízo à fauna e à flora. O Ibama começou a responder a segunda pergunta: “o que acontece se o empreendimento não for feito, na ótica ambiental?”. Se o empreendimento não for feito, com frequência, o resultado é ruim, porque significa que serão construídos vários outros empreendimentos de menor porte, que não barram as águas do rio, não têm efeitos sobre os peixes, mas têm efeitos sobre a atmosfera e contribuem para o efeito estufa. Isso sem contar que são mais caros. Há uma evolução muito positiva no executivo do federal, no sentido de praticar a tal da visão holística, que é tanto apregoada e poucas vezes praticada. O que precisamos é que essa visão vá se espalhando pela sociedade e chegue ao ponto em que os procuradores que se preocupam com o assunto de fato exerçam sua missão constitucional que é a de zelar pelos interesses difusos da sociedade.

Como o senhor avalia a energia nuclear em relação ao meio ambiente?

Eu não tenho preconceito com a energia nuclear. Não tenho nada contra nenhuma fonte, nem térmica. Em todas há prós e contras, é uma questão de avaliação sob uma ótica econômica, ambiental e social. Não se pode avaliar qualquer uma dessas alternativas energéticas sob uma única dimensão. No caso da energia nuclear, ela não era economicamente competitiva até pouco tempo atrás. Devido à elevação geral dos custos de energia elétrica no Brasil, a nuclear ficou competitiva em relação às outras fontes. Na dimensão ambiental, a energia não contribui para o efeito estufa, mas na dimensão social existe uma situação muito difícil, que é uma indeterminação matemática. A probabilidade de ocorrer um acidente nuclear se aproxima de zero, mas não é zero. As consequências de se ter um acidente nuclear se aproximam de infinito. Então se utilizássemos uma ferramenta para tomar decisões considerando o valor esperado do prejuízo, em termos matemáticos este valor seria a catástrofe de um acidente. Portanto, se fizermos prejuízo infinito vezes a probabilidade zero, isso acaba resultando em uma indefinição matemática, já que zero vezes infinito é uma indefinição matemática. E esta é a dificuldade que se tem com a energia nuclear. Mas a minha posição pessoal é a de que, se a França utiliza grande parte de sua energia proveniente da fonte nuclear, se a Alemanha não produz energia nuclear em seu território, mas importa energia da França, que é de origem nuclear, eu não vejo o porquê banir este tipo de fonte no Brasil. Para mim, a questão fundamental é se a energia nuclear é competitiva economicamente ou não.

O governo promete um leilão específico de energia eólica para este ano, que seria formatado nos moldes do leilão de reserva que aconteceu em 2008. O que o senhor pensa sobre isso?

Uma das grandes vantagens do atual modelo é buscar a competitividade. Tento não comparar bananas com laranjas e um contrato

“AS CONCESSIONÁRIAS SEMPRE TRAZEM ASSUNTOS DE INTERESSE DELAS E NUNCA TRAZEM ASSUNTOS DE INTERESSE DOS CONSUMIDORES.”

JERSON KELMAN, EX-DIRETOR-GERAL DA ANEEL

de quantidade e de disponibilidade são animais diferentes, que podem ser reduzidos a um denominador para a ótica do consumidor, que é o famoso Índice Custo Benefício (ICB). Leilões específicos são apenas reservas de mercado para determinadas tecnologias. Ao meu ver, esses leilões não servem aos interesses do consumidor. O ideal seria manter os leilões não discriminando fontes energéticas. Há necessidade de se aperfeiçoar ainda mais a metodologia de cálculo do ICB para garantir a maneira correta de se comparar bananas e laranjas. Não creio que seja de interesse para o País fazer leilões específicos. Já fizemos um grande esforço, por meio do Proinfra, para dar o empurrão inicial na energia eólica e precisamos persistir nisso.

Alguns consórcios vencedores dos últimos leilões de energia nova não conseguiram aportar garantias financeiras na Aneel para continuarem tocando os projetos. O motivo disso, alegam esses consórcios, é a escassez de crédito originada pela crise financeira internacional. Como o senhor avalia o impacto dessa crise no setor elétrico brasileiro?

É inevitável reconhecer que há alguma turbulência, pois nunca tivemos dificuldades em realizar os depósitos das garantias dos leilões. Mas depois da crise, nós já tivemos leilões de transmissão. Apesar de a maior parte das linhas ter ficado com empresas estatais, houve competição com as empresas privadas. E naquele caso, não houve o depósito da MC2, mas os outros consórcios depositaram.

“NÃO POSSO DIZER QUE A CRISE PASSOU AO LARGO DO SETOR ELÉTRICO. MAS A CRISE DE CRÉDITO AFETA. ESSE PROBLEMA QUE ESTAMOS ENFRENTANDO NÃO SE TRATA DE UMA DIMINUIÇÃO DA ATRATIVIDADE ECONÔMICA DESSES EMPREENDIMENTOS E, SIM, DE UMA ARIDEZ FINANCEIRA CIRCUNSTANCIAL.”

JERSON KELMAN, EX-DIRETOR-GERAL DA ANEEL

Eu diria que o copo está meio cheio e meio vazio. Não posso dizer que a crise passou ao largo do setor elétrico. Mas a crise de crédito afeta. Esse problema que estamos enfrentando não se trata de uma diminuição da atratividade econômica desses empreendimentos e, sim, de uma aridez financeira circunstancial.

É inegável dizer que estamos caminhando para um matriz elétrica hidrotérmica. Isso é bom ou ruim?

Nós sempre fomos hidrotérmicos, mas 70% de térmicas e 30% de hídricas é um índice indesejável, e este tem sido o mix que temos visto nos últimos anos. É claro que é interesse do País voltar a ter predominância hidrelétrica e seria até desejável que nós pudéssemos ter novas hidrelétricas com reservatórios, o que fica cada vez mais difícil. Isso porque, sem reservatórios, o valor energético das hidrelétricas perde sua força. Talvez o mix razoável fosse o contrário.

O senhor já manifestou publicamente que é a favor da prorrogação das concessões...

Existem concessões muito diferentes no setor elétrico. Vamos começar pelo setor mais fácil que é o de distribuição. Neste setor, a prática mais comum no mundo afora é a de que a concessão desse segmento não precisa ter prazo. Isso porque este é um setor altamente regulado e o concessionário está permanentemente investindo. Em princípio, a não ser que o regulador esteja fazendo um mau serviço, é de se supor que os interesses dos consumidores estão sendo atendidos. Nesta visão há um pressuposto de que se a concessão não está sendo bem conduzida, o Poder Concedente tem que ter agilidade para retirar a concessão daquela empresa. Então, sob o ponto de vista conceitual, não estou falando sob o ponto de vista jurídico, falta pouco para termos um bom modelo de concessão na distribuição. Sob o ponto de vista econômico, a possibilidade de se licitar uma concessão já existente não é necessariamente ruim. A competição da licitação, que poderia ter a participação da atual concessionária, poderia gerar ganhos ao consumidor. O vencedor da licitação seria aquele que indenizasse a base líquida de ativos da antiga concessionária e propusesse o mais vantajoso desconto tarifário aos consumidores. O que ocorre é que a constituição manda licitar as concessões, mas eu pessoalmente não acredito que o constituinte quisesse que todas as concessões que existiam fossem licitadas, porque isso até seria impossível de acontecer. Por isso mesmo foi feita a lei que dava

mais 20 anos para fazer uma transição. Acho que a intenção da constituinte era criar um mecanismo novo de forma que novas concessões teriam que ser licitadas. Acredito que a intenção foi se referir a novas concessões, mas não é isso que está escrito. O que está escrito é que todas concessões têm que ser licitadas, tanto as novas quanto as velhas. Agora, se pensarmos na geração, o caso é um pouco mais complicado por se tratar de uma concessão de uso do bem público. Qualquer que tenha sido o regime, se foi serviço público ou se foi produtor independente de energia, está embutido na tarifa o pagamento do investimento feito. No fundo, existe um fluxo de caixa, que são anuidades nas quais está incluída a remuneração do capital remanescente e a amortização do investimento feito. Ao final, aquele bem é de quem pagou, que, no caso, são os consumidores. Assim, deixar esse bem para o uso do atual concessionário sem uma apropriação desse valor, que já não é mais do concessionário, me pareceria equivocado. O desafio é achar um mecanismo por meio do qual esse benefício econômico seja repassado aos consumidores. Poderia-se abater o custo da rede básica, o que beneficiaria tanto consumidores livres quanto cativos, ou seria possível, por meio de lei, diminuir a desqualização tarifária no País.

O Nelson Hubner já se manifestou a favor da revisão do tratado de Itaipu, que poderia se dar por meio de um alongamento da dívida do Paraguai com o Brasil. O senhor vislumbra alguma alternativa para o caso?

Esse tratado é muito obscuro. Nós da Aneel, em tudo que diz respeito à Itaipu, nos sentimos um pouco como o funcionário da Imprensa Oficial que recebe um monte de coisas e simplesmente publica. Nós recebemos um monte de cálculos, um monte de orientações que vêm por conta do tratado, que são feitos por Itaipu e pela Eletrobrás, e nós cumprimos. É claro que na sua pergunta está embutida a seguinte dúvida: será que valerá a pena estender o ônus do pagamento de Itaipu por mais uma geração? Isso pode ser interessante e eu não discordo do pensamento do Nelson. Mas se eu fosse o governo brasileiro, eu não mexeria em uma vírgula no tratado, porque se abrimos a discussão, corremos o risco de não limitar as temáticas que serão discutidas. Contratos devem ser cumpridos.

Como o senhor vê o futuro das Smart Grids no Brasil?

Uma das frustrações que levo, por falta de pernas da Aneel,

foi não termos avançado na questão da estrutura tarifária. As Smart Grids passam pela lógica de dar sinais econômicos aos consumidores para eles modularem o consumo de energia elétrica de forma tal que diminua o custo global. Mas esses sinais econômicos têm que ter racionalidade econômica, que é a tal da estrutura tarifária, que nós não temos. Mas nós estamos ainda em uma fase pré-histórica, que é usar medição eletrônica não para induzir o consumidor a ter um consumo mais racional, e sim para impedir a fraude e o furto.

Quais são os planos do senhor depois que deixar a Aneel?

Vou me matricular em aulas de tênis. Pretendo aprender a jogar tênis. Sempre fui mal jogador de tênis, péssimo jogador de tênis (risos). Profissionalmente, não me decidi ainda. Vou passar um mês, a partir de meados de fevereiro, na Fundação Rockefeller, em Bellagio, na Itália, que é um centro muito famoso e muito desejado pela comunidade acadêmica. Vou escrever um livro. Não pretendo escrever um livro de memórias, mas um livro sobre casos. Possivelmente o título será “Os dilemas do regulador”. Este título é mais razoável e substitui um título provisório que eu tinha: “Como influenciar as pessoas e fazer inimigos”.

O senhor fez muitos inimigos?

Acho que sim. Claro que fiz amigos também, mas é inescapável passar pela posição de regulador sem fazer inimigos. Mas talvez eu tenha a pretensão de que a maior parte das pessoas do setor elétrico que tenham discordado de uma ou outra decisão minha não me tenha colocado na posição de inimigo. Colocaram-me na posição de um sujeito com quem às vezes concordam, às vezes não concordam, mas que têm certeza de que ele está fazendo o melhor para acertar. As pessoas em geral pensam assim e eu me orgulho disso, isso me envaidece.

São planos seus atuar na iniciativa privada e na academia?

Sim, são. A única coisa que eu não quero é fazer administração pública. Para a academia, eu tenho uma função na Coppe que me deixa retornar. Estou em negociações para dar cursos na Universidade de Harvard, como professor visitante. Portanto, eu me vejo em atividades acadêmicas e na iniciativa privada. ■